

SEMIÓTICA DISCURSIVA: Uma Introdução Metodológica para Biblistas

*Anderson de Oliveira Lima**

Resumo:

A semiótica francesa, embora ofereça um bem elaborado método interpretativo, segue sendo ignorada pela maioria dos estudiosos dedicados à tradicional exegese bíblica no Brasil. Esse artigo procura contribuir neste campo de pesquisa defendendo a eficácia da *Semiótica Discursiva* no processo de análise dos textos bíblicos e incentivando seu uso. Para isso, nós vamos apresentar uma introdução metodológica seguida de uma análise semiótica de Mateus 19.16-23.

Palavras-Chave: Semiótica; Análise do Discurso; Evangelho de Mateus; Exegese; Literatura Bíblica.

Abstract:

The French Semiotics, although it offers a well-crafted interpretive method, it is still ignored by most scholars dedicated to the traditional biblical exegesis in Brazil. This article seeks to contribute in this field of research defending the effectiveness of French Semiotics analysis in biblical texts and encouraging its use. For this, we will present a methodological introduction and then a semiotic analysis of Matthew 19.16-23.

Key-Words: Semiotic; Discourse Analysis; Gospel of Matthew; Exegesis; Biblical Literature.

* O autor é doutorando e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, especialista em Bíblia (Lato Sensu) também pela Universidade Metodista, doutorando em letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie, e bacharel em música erudita pela Universidade Cruzeiro do Sul. É também autor de *Introdução à Exegese: Um Guia Contemporâneo para a Interpretação de Textos Bíblicos*, livro publicado pela Fonte Editorial em 2012. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0893915454622475>. E-mail “aol10@ibest.com.br”. Este trabalho foi financiado pelo CNPq.

INTRODUÇÃO

As próximas páginas foram produzidas com a finalidade de apresentar de forma breve e simplificada a chamada *Análise do Discurso* ou *Semiótica Discursiva*, cujo desenvolvimento mais recente se deve em grande parte ao trabalho do linguista lituano erradicado na França, Algirdas Julien Greimas (1917-1992). Faremos isso tendo como alvo os estudiosos da literatura bíblica, os exegetas, que no Brasil ainda tiram pouco proveito da semiótica e suas virtudes, embora ela tenha muito a contribuir com a tradicional “análise de conteúdo”. Por aqui, encontramos alguns importantes representantes dessa escola metodológica, e faremos uso especialmente de algumas obras introdutórias que podem ser facilmente consultadas pelos mais interessados. Primeiro, vamos empregar abundantemente os trabalhos de José Luiz Fiorin, a começar pelo livro *Elementos de Análise do Discurso* (2005), e depois dois artigos importantes: *Pragmática* (2003a), *O Sujeito na Semiótica Discursiva* (2007). Também faremos frequentes referências aos trabalhos de Diana Luz Pessoa de Barros, do livro *Teoria Semiótica do Texto* (2011), e depois do artigo *Estudos do Discurso* (2003). Além desses, é sempre inevitável a consulta ao *Dicionário de Semiótica* de A. J. Greimas e J. Courtés (2012), que oferece marca a história recente da semiótica francesa pela fundamentação teórica amadurecida que ofereceu; e por fim, também consideremos a recente publicação brasileira de *Semiótica do Discurso* de Jacques Fontanille (2011), um manual que pretende fornecer um panorama didático e atualizado dessa ciência continua se desenvolvendo.

Uma grande contribuição da *Semiótica Discursiva* como metodologia alternativa às nossas leituras exegéticas tradicionais é a sua maneira de analisar o texto literário em níveis, no que chamam de *Percurso Gerativo de Sentido* (Fiorin, 2005, p. 17-44). A semiótica oferece nesse trajeto metodológico, dentre outros, recursos de grande utilidade para a análise dos enredos narrativos, para a compreensão dos efeitos produzidos pela enunciação, e hoje nos ajuda a restaurar o exame dos percursos narrativos que o texto não explicita, isto é, a análise do que está implícito e pode ser pressuposto com segurança sem que isso se transforme num desvio imaginativo do leitor.

A seguir, vamos expor rapidamente em esboço que enumera os olhares que essa semiótica francesa lança sobre os discursos, seus objetos de estudo, tendo em mente que nosso objetivo é a aplicação desses recursos na leitura de textos verbais, literários, e mais precisamente, bíblicos. Em tão poucas páginas não poderíamos ter a pretensão de apresentar

mais do que isso, um esboço introdutório. No final dessa exposição metodológica, que pode servir aos iniciantes como uma porta de entrada para o estudo da semiótica, também apresentaremos um exercício prático, uma análise semiótica de Mateus 19.16-23, para que sirva de exemplo e inspiração às exegeses dos nossos leitores.

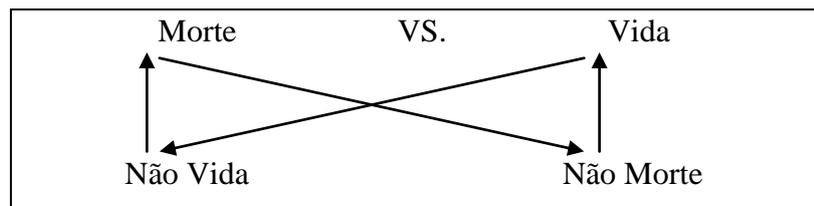
Parte 1 – Introdução à Semiótica Discursiva

1 – NÍVEL FUNDAMENTAL

O primeiro nível da análise, chamado de nível fundamental, é onde se procura pelas “categorias semânticas que estão na base da construção de um texto” (Fiorin, 2005, p. 21). Trata-se da identificação de “categorias semânticas que mantêm entre si uma relação de contrariedade” (Fiorin, 2005, p. 22), de uma **oposição semântica** principal do tipo “vida vs. morte” ou “liberdade vs. dominação” sobre a qual todo o discurso estará estruturado. Tendo identificado essa oposição fundamental, pode-se buscar compreender essa relação de termos segundo a valoração que o próprio texto lhes atribui. As categorias opostas não possuem valoração fixa, de aceitação universal; é o texto quem nos diz se “vida” é um conceito positivo ou negativo. Dizemos que os positivos são valores atraentes ou **eufóricos**, e que os negativos são valores repulsivos ou **disfóricos**.

Nem sempre é possível identificar as categorias semânticas do nível fundamental logo no início da leitura; em muitos casos, só após uma longa análise é que as encontramos. Por fim, essas categorias fundamentais podem ser representadas graficamente pelo chamado “quadrado semiótico”, que demonstra como na narrativa se passa de uma a outra dessas categorias semânticas por meio de uma negação (Greimas; Courtés, 2012, p. 400-404).

Exemplo:



2 – NÍVEL NARRATIVO

No segundo nível, chamado de nível narrativo, estuda-se os sujeitos da narrativa, seus estados, seus contratos, as ações e as transformações que lhes sobrevém no decorrer do texto. É importante ressaltar que neste nível a semiótica trabalha os enredos a partir do que chamam de “**esquema narrativo canônico**”, procurando por três momentos ou percursos distintos, sendo o primeiro o da “manipulação”, o segundo o da “ação”, e o terceiro o percurso da “sanção” (Barros, 2003, p. 191-193, 195-203; Fontanille, 2011, p. 120-123). Estes três percursos são analisados mesmo quando a narrativa os omite, mantendo-os como ações pressupostas. Será necessário abordar cada um desses percursos individualmente:

2.1 – O Percurso da Manipulação

O percurso da manipulação constrói o contato primevo da narrativa, mostra como tudo começou e indica para onde vai a história. Geralmente o actante que tradicionalmente chamamos de herói ou protagonista aparece aí, antes mesmo de começar sua jornada, e somos informados sobre qual é o objetivo desse actante.

Esse sujeito é, antes de mais nada, abordado por outro que chamamos de “destinador” ou “manipulador”; ele atua propondo um contrato ao sujeito da ação, tenta convencê-lo a agir, manipula-o. Esse destinador geralmente é quem estabelece o quadro de valores da narrativa, quem nos diz quais os valores eufóricos e disfóricos, e determina a missão a ser cumprida. Assim, por atuar sobre outro sujeito, dizemos que compete ao destinador o “fazer-fazer”, ou então o “fazer-criar”. Se o sujeito se deixar manipular, ele se transforma no destinatário, e estabelece-se um contrato entre eles, a partir do qual toda a narrativa irá se desenvolver.

2.1.1 – As Formas de Manipulação: Para levar o outro personagem a agir segundo sua vontade, o destinador se utiliza de estratégias de manipulação, que são de quatro tipos:

A primeira maneira de manipular um destinatário é chamada de “**tentação**”. Na tentação, o produtor do discurso tenta convencer o destinatário a fazer algo por meio de uma espécie de suborno, pela oferta de valores que este destinatário deseja. Assim, para que a manipulação seja eficaz, é preciso que a oferta seja interessante, desejável. O sujeito é levado a fazer o que o outro deseja, ou a crer no manipulador, para que venha a adquirir o que deseja. A tentação, portanto, é ineficaz quando os valores ofertados não são desejáveis ao destinatário.

A segunda forma de manipulação é a chamada “**intimidação**”. Ao contrário da primeira, em vez de oferecer valores interessantes, na intimidação o manipulador ameaça retirar do seu destinatário algum(s) valor(es) que ele possui, ou acrescentá-lo valores que ele não deseja. Uma típica intimidação religiosa é a ameaça do inferno, que pode ser compreendida como a ameaça de se perder a paz, a saúde, a vida, a família etc, dependendo do contexto. O religioso assim é induzido a praticar atos que talvez não desejasse, por medo de sofrer tais consequências.

A terceira forma de manipulação é a “**sedução**”. Agora já não se trata de promessas e ameaças, mas de exaltações sinceras ou não, que o manipulador faz em relação às características do destinatário. O sedutor é aquele que tenta convencer o outro elogiando-o, notando ou até destacando com exagero as suas virtudes; esse ato aparentemente benévolo, indiretamente leva o destinatário a agir para confirmar os elogios feitos. Por exemplo, uma mulher pode chamar um homem para matar uma barata em seu lugar dizendo: “Eu te chamei porque você é um homem tão corajoso...”. Diante da declaração feita em relação a sua coragem, o tal homem se vê forçado a confirmar sua coragem matando a barata, para que o conceito que a mulher tem dele não seja alterado.

Enfim, também pode-se manipular alguém por meio da “**provocação**”. Neste caso, em vez de exaltar as características do outro, o manipulador deprecia-as, e da mesma forma o destinatário se sente forçado a agir, desta vez para alterar a ideia negativa que o outro faz dele. Aproveitando o exemplo anterior, poderíamos imaginar agora que a mulher diz ao mesmo homem e na mesma situação: “Eu tenho medo de barata, mas nem sei por que te chamei, pois você também não teria coragem de matá-la”. A ação do destinatário se dá para mudar o conceito negativo que o destinador tem dele.

Em resumo as quatro formas de manipulação, divididas em duas categorias, são:

Tipo 1 - Ofertas de valores:

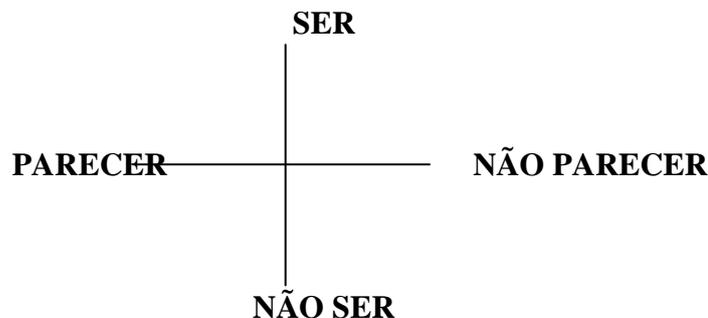
- Tentação (Valores eufóricos)
- Intimidação (Valores disfóricos)

Tipo 2 – Construções Identitárias:

- Sedução (Imagem positiva)
- Provocação (Imagem negativa)

2.1.2 – O Fazer Interpretativo: Podemos dizer que o destinador exerce influência sobre o destinatário, tenta manipulá-lo; essa investida exige uma resposta por parte do destinatário, uma decisão. Dizemos que o destinatário realiza então um “fazer interpretativo”, avaliando o destinador e sua proposta para então tomar sua decisão.

No exame desse “fazer interpretativo” a semiótica criou categorias que denominou de “**modalidades veridictórias**” (Greimas; Courtés, 2012, p. 532-533). O destinatário primeiro se depara com o que está manifesto, e decide se o destinador parece ou não parece confiável. Depois julga o que lhe é imanente, decidindo se ele realmente é ou não é confiável. Da combinação do “ser” e do “parecer”, ele concluirá que o destinador é verdadeiro, mentiroso, falso ou secreto, e tomará sua decisão. Isso pode ser melhor verificado graficamente:



Temos então o eixo vertical da imanência, e o eixo horizontal que é o da manifestação. É possível assumir um elemento de cada eixo, pelo que se a escolha do destinatário for pelo “ser” do eixo vertical, e pelo “parecer” do eixo horizontal, sua conclusão será a de que o destinador é “**verdadeiro**”. Se ele escolher o “ser” e o “não parecer”, concluirá que ele diz a verdade embora não pareça, determinando que seu status é “**secreto**”. Da mesma forma, se ele escolhe o “não ser” do eixo vertical e o une ao “não parecer”, chegará à conclusão de que a manipulação do destinatário é “**mentirosa**”, enquanto que a considerará “**falsa**” se escolher juntar o “não ser” com o “parecer”.

2.2 – O Percurso da Ação (ou do Sujeito)

Como vimos, o percurso da manipulação está voltado principalmente para o destinatário que é o responsável pelo fazer persuasivo que dá início à aventura ou enredo. Agora, o ponto de vista é alterado, já que o sujeito da ação, o destinatário que foi manipulado, é que está em foco. Este sujeito está agora envolvido na missão de alcançar o valor que passou a desejar desde a manipulação, e nessa aventura muitos desdobramentos são possíveis.

Dizemos que sua ação pode ser descrita como um “fazer-ser”, já que ele opera transformações no mundo do texto, e não somente sobre outro sujeito como faz o destinador.

Falando de maneira simples, o olhar do semioticista se ocupará dos “**enunciados de estado**” e “**enunciados de transformação**” que a narrativa apresentará. Quando o texto nos descreve um personagem, dizendo, por exemplo, que ele era “um homem ambicioso que trabalhava num escritório de advocacia”, temos um enunciado de estado, onde a relação do sujeito com o objeto é estática. Caso o texto diga que “certo dia ele decidiu mudar de vida e abriu seu próprio negócio”, temos um enunciado de transformação, pois a relação entre sujeito e objeto é dinâmica. Estes estados podem ser explicados de maneira muito simples, através das categorias de “**conjunção**” ou “**disjunção**”. Se empregarmos o exemplo acima, poderíamos dizer que o sujeito passou do estado de conjunção para o de disjunção com o escritório de advocacia, e que essa transformação se deu primeiro por conta de uma transformação interna de estados de satisfação para a insatisfação, transformação já prevista por ser aquele sujeito modalizado como alguém “ambicioso”. Todas essas transformações se deram, por fim, com o objetivo de passar do estado de disjunção para o de conjunção com a riqueza.

Para a análise do percurso da ação, a semiótica distinguiu tipos de “**programas narrativos**” (PN), os quais em conjunto dão vida ao percurso do sujeito. Esse PN também devem ser analisados individualmente:

2.2.1 – Programas Narrativos de Aquisição e Privação: Falando das transformações possíveis dentro de uma narrativa, a semiótica identificou a existência de dois tipos elementares de programas narrativos, o de **aquisição** e o de **privação**. Como o nome já sugere, o PN de aquisição acontece quando o sujeito passa a um estado de conjunção com algum objeto, e essa aquisição pode ser dar de duas formas, por **doação** ou **apropriação**. Do mesmo modo o PN de privação pode ser caracterizado por **espoliação** ou **renúncia**.

2.2.2 – Programa Narrativo de Performance: Além da identificação anterior que distingue programas de aquisição e privação, também podemos verificar se os programas narrativos são de **performance** ou de **competência**. Aqui trataremos do primeiro, o de performance, que se dá quando o sujeito opera uma transformação no mundo e para si mesmo passando ao estado de conjunção (ou disjunção) com algum objeto. Essa aquisição opera modificações nele e provavelmente em outros sujeitos. No exemplo já empregado, o sujeito ambicioso procura passar ao estado de conjunção com um valor que pode ser o dinheiro ou a riqueza, e para isso

abre seu próprio negócio, que é um meio de atingir seu objetivo; mas essa transformação inevitavelmente atinge outros sujeitos, pois ele também passa ao estado de disjunção com o antigo emprego, e tudo para conquistar o dinheiro que porventura estaria nas mãos de outros sujeitos. Dizemos que no PN de performance o sujeito geralmente provoca uma transformação pela aquisição de um **objeto de valor descritivo**, que nalguns casos é chamado de “**objeto-valor**”.

2.2.3 – Programa Narrativo de Competência: Neste outro tipo de PN, também acontece uma transformação, mas não “para” o sujeito, e sim, “no” sujeito. A finalidade dessa transformação é adquirir uma “competência” que torne o sujeito apto a conquistar seu objeto de valor descritivo. Então, a aquisição do PN de competência é um “saber”, um “poder”, um “querer” ou um “dever”, os quais transformam a competência do sujeito para o desenrolar do percurso da ação. Dizemos, portanto, que o objetivo do PN de competência é a aquisição de um objeto modal (**objeto-modal**). Normalmente, a aquisição dessa competência se deve a atuação de outro sujeito, que poderá depois ser modalizado como um “mestre”, um “oráculo”, uma “arma” etc.

2.3 – O Percurso da Sanção

Se o sujeito conseguiu alterar seu estado inicial, por exemplo, passando da disjunção à conjunção com o objeto-valor desejável, é provável que ele tenha cumprido com isso o contrato antes estabelecido entre ele e o destinador. Ao final da ação, tem-se o “percurso da sanção”, onde o sujeito será avaliado a partir de seu desempenho diante do contrato firmado no começo da narrativa, e onde geralmente o sancionador é o próprio destinador.

Há também categorias distintas sobre as quais se desenvolvem as sanções. Temos as sanções **cognitivas** ou interpretativas, onde o sancionador avalia a performance do sujeito da ação e emite seu juízo, que pode ser positivo ou negativo. Caso o sancionador aprove a performance do sujeito, na sanção cognitiva ele **reconhece** seu sucesso, o elogia ou coisa parecida. Se o sancionador desaprova a performance, ele **desmascara** o sujeito. O segundo tipo de sanção é a **pragmática**, onde o sancionador pode oferecer uma verdadeira **recompensa** pelo sucesso do sujeito da ação, ou o pode **punir** por seu fracasso.

2.4 – Outras Observações

Finalmente, ao longo da análise do nível discursivo é possível observar como o sujeito é transformado ao longo desse percurso. Após a manipulação do destinador, quando o sujeito

aceita o contrato e passa a *crer* ou *desejar* o objeto-valor, sentindo que quer ou deve buscá-lo, dizemos que ele é um **Sujeito Virtual**, para quem as transformações do enredo ainda são meras potencialidades. Mas como já vimos, é provável que esse sujeito tenha que transformar suas próprias competências para que possa alcançar seu alvo; nesse caso, ao se transformar, dizemos que ele passa a ser um **Sujeito Atualizado**, que adquiriu o *saber* ou o *poder* para seu fazer. Só quando ele devesse adquirir, por conjunção, o valor em questão, é que se torna um **Sujeito Realizado**, modalizado com as categorias do *ter* ou do *ser* (Barros, 2003, p. 201).

Na semiótica atual, essas transformações podem ser demonstradas de maneira mais rica quando o texto faz uso do que chamamos de **percursos passionais**, acrescentando a cada nova circunstância do enredo modalidades que transmitem estados de tensão e relaxamento, isso é, empregando paixões benevolentes e malevolentes como ódio, amor, alegria, tristeza, frustração, decepção, esperança (Barros, 2011, p. 47-52; Zabatiero, 2007, p. 139-143).

Para seguirmos ao próximo e último nível, vale a pena dizer, que é comum as narrativas criarem tensões através da atuação contrária de seus heróis e vilões. Temos visto que a semiótica prefere, durante a análise do nível narrativo, chamar o herói ou protagonista de actante ou sujeito da ação. Por sua vez, um vilão pode ser aqui chamado de **anti-sujeito**, e é caracterizado pela busca que empreende pelo(s) mesmo(s) valor(es) desejado(s) pelo sujeito da ação. O herói, nesse caso, é o actante que age segundo os mesmos valores ideológicos defendidos pelo narrador ou enunciador, enquanto que o anti-sujeito não é outro senão aquele que age de maneira contrária a esses ideais, concorrendo com o personagem que o enunciador elegeu.

3 – NÍVEL DISCURSIVO

Finalmente, o último nível é o discursivo, onde se verifica como a história é contada ou enunciada, ou como dizem, modalizada actancialmente. Também está em questão como o texto se utiliza de categorias como tempo e espaço, e como os elementos narrativos são concretizados, como os temas são figurativizados etc (Barros, 2003, p. 193-194, 204-209).

3.1 – As Instâncias da Enunciação

Por suas pretensões universalistas, a semiótica não vai empregar em suas análises discursivas termos como autor, leitor, pintor, compositor etc. Como a semiótica procura oferecer explicações sobre os modos de funcionamento de qualquer tipo de linguagem, ela

prefere termos mais genéricos, e desenvolve o que aqui estamos chamando de “instâncias da enunciação” (Fiorin, 2007, p. 26).

Por exemplo, o que antes chamaríamos de autor será chamado de **enunciador**, e nosso leitor de **enunciatário**. Assim sendo, o produto literário que há entre eles, o texto ou o próprio conteúdo comunicado, será chamado de **enunciado**. É bom que se diga que para a semiótica, enunciador e enunciatário não são instâncias concretas, ou seja, não se está falando dos verdadeiros autor e leitor. Podemos dizer que se tratam de instâncias implícitas, de um autor que é na verdade um efeito produzido no texto e que pode não ter grande semelhança com a autor real do texto. Assim, o texto vai nos revelando seu enunciador, suas ideologias, sua personalidade, e o mesmo ele fará em relação ao enunciatário, que é o destinador para quem o texto quer se dirigir. Portanto, a semiótica desconsidera em sua análise, qualquer consideração sobre o verdadeiro autor do texto, suas intenções, biografia ou personalidade (Fiorin, 2007, p. 29-30).

No processo de leitura, nem sempre temos acesso direto ao enunciador. Quando uma história é contada, na verdade ouvimos a voz de um **narrador**, o qual se dirige a um **narratário**. Esses narrador e narratário, embora sejam construções instâncias implícitas ao enunciado, podem possuir também suas próprias identidades ficcionais, pelo que só através do exame do enunciado o leitor é capaz de perceber as diferenças entre essa instância e aqueles enunciador e enunciatário nem sempre explicitados. Certamente, em muitos casos essas instâncias se misturam, como acontece na maioria dos textos bíblicos. Mas há na Bíblia casos em que podemos distinguir tais instâncias. Por exemplo, nas chamadas “cartas deuteropaulinas”, o narrador é um personagem, é o apóstolo Paulo, mas através do estudo do conteúdo dessas cartas e da comparação delas com outras cartas consideradas autenticamente paulinas, os estudiosos do Novo Testamento concluíram que os enunciadores das deuteropaulinas são anônimos, e empregam o nome de Paulo para construir seus próprios enunciados e transmitir seus próprios ideais.

Mas é possível ainda distinguir outra instância da enunciação, a dos **interlocutores** e **interlocutários**. Esses são personagens que estão atuando na narrativa e para os quais, eventualmente o narrador concede o direito de falar. Assim sendo, o emprego de um interlocutor é um recurso, uma estratégia, e não devemos nos esquecer que mesmo aí quem continua falando é o narrador, que escolheu cada palavra do seu personagem.

3.2 – Os Truques da Enunciação

A semiótica dedicou muito estudo para a identificação das possibilidades de efeitos produzidos por diferentes modos de enunciação. Conhecemos diversas estratégias linguísticas que visam criar no texto sentidos de realidade, objetividade, imparcialidade... Sabemos, por exemplo, que a narração em terceira pessoa transmite ao leitor a impressão de distanciamento, de racionalidade, diferente da passionalidade subjetiva comum aos textos narrados em primeira pessoa. Temos também o emprego de constantes citações alheias, ou o uso abundante de menções a lugares, datas precisas, horários exatos, nomes completos etc., todos instrumentos que pretendem aproximar o conteúdo de uma suposta realidade histórica e produzir o efeitos de confiabilidade.

Para a análise do discurso e dessas escolhas no processo da enunciação, desenvolveu-se duas categorias chamadas de **desembreagem enunciativa** e **desembreagem enunciva**. Cada uma delas lida com diferentes modos de desembreagens internas, a saber, com a desembreagem actancial ou de pessoa, com a temporal, e com a espacial.

3.2.1 – Desembreagem Enunciativa: Neste tipo de desembreagem a enunciação emprega seus instrumentos com a finalidade produzir efeitos de proximidade entre enunciador e enunciatário; o discurso ganha com isso um caráter mais passional e subjetivo. Em resumo, pode dizer que a **desembreagem actancial** preferida é a do “eu”, a narração em primeira pessoa que coloca diante de um narrador pessoal, com sentimentos e opiniões mais explícitas. A **desembreagem temporal** neste caso, costuma ser a do “agora”, ou seja, o tempo de referência do texto será o presente da própria narração, o que liga o narrador aos eventos narrados. Do mesmo modo, a **desembreagem espacial** criará esse efeito de proximidade empregando o “aqui” como lugar referencial para a história. Esse conjunto de escolhas produzirá o efeito desejado de proximidade, pelo que os semioticistas dirão que temos uma “**enunciação enunciada**”, ou seja, o conteúdo não é apenas transmitido, mas as marcas da enunciação nos dão a impressão de que o enunciado está sendo produzido no momento da leitura.

3.2.2 – Desembreagem Enunciva: O segundo tipo de desembreagem procura gerar as sensações contrárias, de distanciamento, imparcialidade, racionalidade, objetividade, efeitos que se obtém quando omitimos as marcas da enunciação. Para isso, a **desembreagem actancial** preferida será a do “ele”, onde o narrador fala de outrem, e não se mostra tão envolvido nos fatos narrados. Do mesmo modo, a **desembreagem temporal** escolherá o

“então”, um tempo de referência passado (ou mais raramente futuro) que não é concomitante com o presente da enunciação. A **desempregagem espacial**, claro, será também responsável por distanciar evento narrado e enunciação, pelo que preferirá o “lá”, ou seja, elegendo um cenário mais distante. Da desempregagem enunciativa, temos o que poderíamos classificar como “**enunciado enunciado**”.

Mas nem sempre as três formas de desempregagem (actancial, temporal e espacial) coincidem como acima sugerimos. Principalmente em textos mais modernos, os autores desenvolvem combinações que produzem efeitos ainda mais interessantes (Barros, 2003, p. 204-206). Ficaremos por aqui, posto que as informações apresentadas costumam ser suficientes para a análise da literatura bíblica.

3.3 – Figuras e Temas

Esse último olhar que lançaremos sobre o enunciado procura distinguir o uso dos temas e das figuras, que são na verdade “enriquecimentos semânticos” empregados para dar o acabamento estético almejado pelo enunciador (Barros, 2003, p. 206). Por **temas**, entendemos o emprego de traços semânticos de características abstratas que recobrem os elementos do texto. Por exemplo, um texto que se constrói sobre a oposição semântica entre vida e morte em seu nível fundamental, pode ocultar tais expressões substituindo-as por temas como humildade e orgulho, companheirismo e solidão, fidelidade e traição... As **figuras** funcionam de modo semelhante, mas evocam características físicas, materiais, as quais geralmente podem ser percebidas a partir dos sentidos. Assim, o texto pode nos falar que um rei perdeu o “trono” quando na verdade ele havia sido destituído do poder, pode dizer que determinada igreja era “fria” para fazer referência ao seu pouco entusiasmo religioso. Com temas e figuras o enunciador dará a seu enunciado traços particulares, dará nome aos personagens, profissões, descreverá os cenários, apresentará as condições climáticas, criará filiações etc.

De certo modo os temas e figuras disfarçam as estruturas comuns que vimos na análise do nível narrativo, mas como os temas e figuras escolhidos em determinado discurso também possuem traços semânticos que os aproximam, podemos estudá-los a partir de “**percursos temáticos e figurativos**” (Fiorin, 2005, p. 96-104), da recorrência de temas ou figuras que possuem traços comuns e cobrem todo o texto. Um texto pode, por exemplo, estar estruturado sobre as categorias básicas de vida e morte, mas tais expressões sequer aparecem ao longo de todo o texto. O enunciador pode, em seu lugar, ter construído seu texto a partir da oposição de

temas econômicos como riqueza e pobreza. Esse tema também pode não estar tão explícito, mas estará figurativizado com expressões econômicas aproximadas como dinheiro, joias, dívida, fartura, luxo, mansão, esmola... O mapeamento desses temas e figuras, a compreensão do percurso que produzem, e o uso que se faz deles para conduzir o desenrolar de um esquema narrativo, podem nos ajudar a entender o que há de tradicional e particular em determinado texto.

3.4 – As Isotopias

A recorrência de determinados traços semânticos que, como dissemos, chegam a formar “percursos temáticos ou figurativos”, são também elementos que nos permitem avaliar a “coerência” textual. Essa reiteração semântica também é conhecida como “**isotopia**” (Fiorin, 2005, p. 112-113). Quando um texto sem razão aparente introduz elementos aparentemente desconexos com os demais do seu percurso semântico, podemos sentir certa estranheza e daí alegar sua incoerência. Mas a semiótica reconhece que nalguns casos a inclusão de expressões inesperadas podem não ser meros erros, mas estratégias discursivas. Alguns termos podem, por sua própria potencialidade polissêmica, convidar o leitor a ler o texto sobre outro ponto de vista perfeitamente possível, embora diferente. Por exemplo, na literatura bíblica é comum lermos o verbo “purificar”, que nalguns casos se refere à limpeza física de algum tipo de sujeito, noutra ao perdão de pecados. Mas pode acontecer de esse mesmo verbo servir às duas leituras simultaneamente. Quando encontramos uma palavra desse tipo, que sugere ou evoca uma segunda maneira de ler e significar um texto, a chamamos de “**conector de isotopias**” (Greimas; Courtés, 2012, p. 86-87).

Parte 2 – Análise de Mateus 19.16-23¹

E eis que alguém tendo vindo a ele disse: “Mestre, o que faria eu de bom para que tenha vida eterna?”.

E ele lhe disse: “Por que me perguntas acerca do bom? Um só é bom! Mas se queres para a vida entrar, guarda os mandamentos”.

Disse a ele: “Quais?”.

¹ O texto citado do Evangelho de Mateus sobre o qual empreenderemos a análise corresponde a uma versão própria, traduzida a partir do *Novum Testamentum Graece* de Nestle/Aland, em sua 27ª edição.

E Jesus disse: “O não matarás, não adulterarás, não roubarás, não testemunharás falsamente, honra o pai e a mãe, e amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

Disse a ele o jovem: “Todos esses observei. Qual ainda me falta?”.

Jesus declarou a ele: "Se tu queres ser maduro, vai, vende do teu o que há e dá aos pobres, e terás um tesouro no céu, e agora segue-me".

E o jovem tendo ouvido a palavra partiu entristecido; pois estava possuindo muitas propriedades.

E Jesus disse aos seus discípulos: “Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará para o reino dos céus”.

1 – ANÁLISE DO NÍVEL FUNDAMENTAL

A oposição semântica fundamental do texto se dá entre “Vida” e “Morte”, sendo que vida é o valor eufórico do enunciado, enquanto morte é o valor disfórico. Mas no texto, fala-se de “vida eterna”, cujo oposto semântico não é “vida transitória” como poderíamos supor, mas uma espécie de “morte eterna”; tal oposição também pode ser apresentada, em linguagem mais moderna, como “salvação” versus “perdição”. Assim, a eternidade, que como veremos na análise do nível discursivo é um depois para o qual não há depois, é um elemento que parece ser de aceitação comum entre os agentes envolvidos na enunciação. Esse imaginário religioso e seu linguajar são típicos da tradição judaico-cristã de fins do século I EC, e não é nenhuma surpresa descobrir que estejam fornecendo os elementos necessários à narrativa.

2 – ANÁLISE DO NÍVEL NARRATIVO

Os sujeitos apresentados pela narrativa são o “alguém”, que depois será melhor descrito como um jovem que possuía propriedades, e Jesus. O jovem é o principal dos actantes, é quem busca o objeto-valor (vida eterna) e participa de todos os percursos narrativos tomando as decisões e produzindo as transformações mais importantes do enredo.

Se empregarmos como instrumento de análise o chamado “esquema narrativo canônico” conforme a semiótica francesa, veremos que o **percurso do destinador** não é apresentado no texto, todavia, está pressuposto. O sujeito que busca o valor “vida eterna” age a partir de um contrato pré-estabelecido com um destinador. Neste caso, diríamos que o destinador é o “judaísmo”, ou seja, a tradição religiosa que transformou primeiramente as competências do sujeito fazendo-o crer na “vida eterna” e em sua valorização eufórica,

levando-o depois a desejar este valor e a aceitar o contrato de buscá-lo. Para esta **manipulação**, o destinador (judaísmo) empregou principalmente o recurso da **intimidação**, pois mostrou ao sujeito que a recusa ao contrato implicava na aquisição de um valor temível, indesejável, que é a “morte eterna”.

O **percurso da ação** (ou percurso do sujeito) começa com o jovem em disjunção com o valor “vida eterna”, e ele é indiretamente apresentado como alguém que não sabe ou não pode alcançar seu objetivo. Era-lhe necessário adquirir o “saber”, um valor modal que poderia ser conquistado por meio de um **programa narrativo de competência**, e Jesus é introduzido na narrativa como o sujeito que pode alterar a competência do sujeito da ação, levando-o a saber e poder fazer. É Jesus, portanto, o actante que proporcionará o que podemos chamar de “prova” do sujeito da ação, evento que pode ou não legar a este último o valor modal de que ele necessita. Trata-se a princípio de um **programa narrativo de aquisição por doação**. Veremos adiante que este encontro é modalizado através dos papéis de aluno e mestre; o jovem está em disjunção com o conhecimento, e busca as respostas.

A princípio parece que ele vai adquirir a competência que deseja, pois na primeira parte do diálogo Jesus lhe impõe o desafio de guardar os mandamentos e ele diz: “Todos esses observei”. Ele, como judeu, já conhecia parcialmente o caminho da vida eterna. Porém, o desafio proposto por Jesus vai além, e o jovem é convidado a aceitar novos valores até então desconhecidos para ele. Parece que mesmo o primeiro destinador, o judaísmo, não tinha o “saber” que Jesus oferece. Queremos dizer que ao pedir que o jovem abdique dos bens e siga-o, Jesus excede o primeiro contrato assumindo mesmo o papel de um **novo destinador**. Então, Jesus tenta manipular o jovem pela **tentação**, oferecendo um tesouro no céu em compensação àquele que ele perderia na terra; e também oferece “maturidade/completude” como um modo de suprir a incompletude do personagem que foi caracterizado como “jovem”. A princípio, sujeito da ação parece crer na oferta do novo contrato, sente de “deve” seguir aos conselhos de Jesus, mas a exigência é para ele demasiadamente grande. Ele queria entrar em conjunção com a vida eterna, queria também os tesouros do céu, mas embora estivesse disposto a guardar os mandamentos (conjunção com o judaísmo), não queria a disjunção com suas propriedades para viver em conjunção com Jesus. O problema é que haviam outros “valores” concorrendo com aqueles ofertados. O quadro de valores dos dois actantes não era compatível, e enquanto para Jesus as “propriedades” eram valores disfóricos, para o jovem eram eufóricos, pelo que a sua manipulação não teve sucesso. O resultado é o fracasso do

sujeito da ação na busca pelo objeto de valor descritivo que era a vida eterna. Manteve-se o infeliz estado de disjunção, o estado de incompletude; a desistência do jovem implica no não cumprimento do contrato, e conseqüentemente, na perspectiva de uma sanção negativa no futuro, ou noutras palavras, a conjunção indesejada com a “morte eterna”.

Podemos aprofundar a análise dizendo que na apresentação do sujeito, feita pelo narrador no início do texto, ele aparece como “**sujeito virtual**”, pois já está convencido a buscar o valor “vida eterna”. Este valor lhe é desejável, ou mesmo necessário para que se livre da conjunção com o valor temível que é a “morte eterna”. Do encontro com Jesus o jovem transforma sua competência levando-o ao estado de “saber fazer”, o que faz dele o que podemos chamar de “**sujeito atualizado**”. Porém, como vimos, ele desiste de sua procura, não cede à manipulação de Jesus como novo destinador e no máximo cumpre o primeiro e incompleto contrato, pelo que termina a história como “**sujeito não-realizado**”. Ao longo desse enredo é sugerido também um **percurso passional** que conduz o jovem da alegria e esperança à frustração e tristeza, o que só torna o texto retoricamente ainda mais eficaz.

Finalmente, tratemos do **percurso da sanção**, que ocorre quando o narrador volta a assumir o controle da enunciação no final. O primeiro destinador, o judaísmo, fora superado e agora a busca pela “vida eterna” deveria ser feita a partir de um contrato com Jesus. Diante da escolha feita pelo jovem, o narrador declara seu afastamento, e a disjunção do sujeito para com Jesus é também sinal de que ele permaneceria em disjunção com o valor descritivo “vida eterna”. Está implícita a **sanção negativa**, a conjunção com a temida “morte eterna”. Mas é bom dizer que o Evangelho de Mateus segue, após a narrativa, oferecendo uma sanção mais explícita pela voz de Jesus, que como vimos, assumira o papel de um novo destinador (v. 23). Essa **sanção é cognitiva**, interpretativa; Jesus desmascara o jovem revelando que outros valores (para ele disfóricos) o impediram de aceitar o contrato; ele era rico, e por valorizar equivocadamente sua riqueza ele dificilmente entraria no “reino dos céus”. Vale dizer que a conjunção com o tal “reino dos céus” é o mesmo que estar em conjunção com Jesus e seus discípulos.

Enfim, o resultado da análise do nível narrativo pôde ser resumido no quadro abaixo, onde resumimos cada um dos percursos:

Destinador	Estabelece o Objeto-Valor	Vida Eterna
Ação 1	Exigência / Objeto-Modal	Guardar Mandamentos Sociais
	Resultado	Sucesso = Conjunção com o Judaísmo
Ação 2	Exigência / Objeto-Modal	Pobreza Voluntária e Seguimento
	Manipulação por Tentação	Maturidade e Tesouros Celestiais
	Resultado/Enunciado de Estado	Fracasso = Disjunção com Jesus
Sancionador	Punição / Sanção Negativa	Tristeza = Morte Eterna

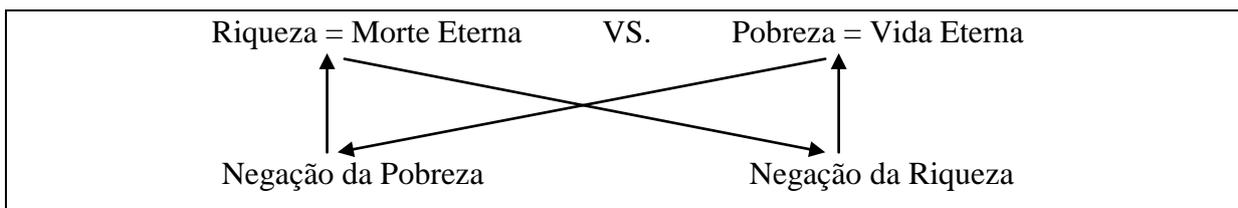
3 – ANÁLISE DO NÍVEL DISCURSIVO

Agora vamos lidar com a organização da narrativa no seu nível discursivo. Para começar, o sujeito figurativizado como um “jovem” que procura respostas, que fora manipulado pelo “judaísmo”, que guardava os “mandamentos”, que possuía muitas propriedades, representa por si mesmo um papel temático de valor disfórico. Ele veste o figurino próprio do judaísmo formativo de tradição farisaica, movimento religioso que é acusado de “servir ao dinheiro”, e que rivaliza com o movimento de Jesus ao longo de todo o Evangelho de Mateus. A juventude do personagem é também um elemento negativo, para o qual Jesus oferece a solução da “maturidade” ou “completude”. Jesus, por sua vez, é o grande protagonista do Evangelho de Mateus; é um sujeito que, assim como o narrador, é plenamente confiável. Por isso é fácil saber que suas palavras sempre revelam a ideologia do enunciador. Neste caso, vimos que Jesus assume o papel de um mestre que precisa instruir um judeu em busca da vida eterna, o que por si só, já revela a incompletude do jovem e do judaísmo, o primeiro destinador. Além de guardar os mandamentos, coisa que o judaísmo já ensinara ao jovem, agora seria também necessário abdicar das riquezas e seguir Jesus em seu trabalho peripatético. É aí que os valores do judaísmo e de Jesus se opõem e revelam que a religião de Jesus, embora semelhante, é melhor ou mais completa.

Falando ainda de **enunciação**, observemos que o narrador é bastante discreto, só se revela mais explicitamente no início e no fim do texto para nos explicar que a riqueza (muitas propriedades) era o motivo do fracasso do jovem. Essa conclusão é a maior intervenção direta do narrador em todo o texto; ele deixara tudo por conta de seus interlocutores, mas decide

explicar ao final algo que só mesmo esse onisciente enunciador poderia saber: que o jovem não aceitou o convite de Jesus por ser rico. Se por um lado notamos que a estratégia do enunciador é a da chamada “**desembreagem enunciva**”, que emprega as desembreagens **actancial, temporal e espacial** para produzir o efeito de distanciamento (ele, então, lá), ele parece anular parte desse efeito ao deixar praticamente toda a narrativa por conta dos seus **interlocutores**. Assim, o enunciador parece imparcial, todavia, ele toma emprestado a “autoridade” de Jesus e por meio da voz desse personagem cria um “efeito de realidade” que lhe parece capaz de convencer melhor seu enunciador. Poderíamos sugerir que o enunciador busca gerar discípulos para Jesus e não para si mesmo, e por isso anula propositalmente a própria presença oferecendo a seu protagonista todo o destaque.

Se como já dissemos os valores fundamentais que concorrem no texto são vida e morte, é importante notar também como eles são valorizados pelo uso **de temas e figuras**. É possível notar que o texto está fortemente marcado pela oposição entre “riqueza” e “pobreza” no seu nível temático. No começo a discussão parecia religiosa ou mesmo sociológica; Jesus ensina o jovem sobre o que ele deve fazer de bom lembrando os mandamentos sociais da tradição judaica. Entretanto, depois vão se tornando cada vez mais importantes as figuras econômicas como “propriedades”, “pobres” e “rico”, assim como atos de “vender”, “dar” e até “seguir”, que neste caso significa aceitar a pobreza da vida itinerante voluntariamente.



É importante observar também que há um adjetivo grego (*téleios*) que geralmente é traduzido por “completo” ou “perfeito” nas Bíblias brasileiras, mas que parece ganhar outro sentido apenas na versão que o Evangelho de Mateus traz dessa narrativa. Somente na versão mateana o personagem que busca as respostas em Jesus é chamado de “jovem”, e entendendo que a pouca idade do personagem é um elemento intencional, optamos por traduzir o adjetivo por “maduro”, uma acepção perfeitamente possível, e que permite reconhecê-lo como um “**conector de isotopias**”, abrindo possibilidades de leituras simultâneas. Assim, podemos identificar a oposição entre incompletude e completude, que se adéqua perfeitamente à

primeira parte do diálogo, mas também podemos encontrar a oposição entre imaturidade e maturidade, que definem os dois estados possíveis ao actante.

De especial valor é o fato de Jesus extrapolar seu papel temático inicial de mestre e passar mesmo a atuar como um novo destinador, que quer manipular o jovem com um novo contrato que excede o anterior. Se Jesus é o sujeito eleito para atuar no evangelho em pleno acordo com a ideologia do enunciador, isso faz do judaísmo que com ele conflita um típico “**anti-sujeito**”. Ambos lutam para conquistar discípulos ou seguidores; ambos manipulam seus destinatários com ofertas de vida eterna, ambos exigem a adesão aos mandamentos da tradição escrita, mas a diferença se dá na oferta de “tesouros”. O judaísmo não pede a disjunção com as riquezas, enquanto que Jesus exige pobreza voluntária em troca de tesouros celestiais. Indiretamente, diante das novas exigências o texto sanciona negativamente o próprio judaísmo de seu tempo, que não ensinava aos seus destinatários tudo o que lhes era necessário para alcançar a vida eterna, mas deixava que se enganassem na busca por riquezas transitórias.

A **espacialização** da narrativa é propositalmente incerta. O enunciador faz Jesus caminhar pela Judéia além do Jordão (Mt 19.1), a Transjordânia, sem citar nomes de aldeias, cidades ou qualquer outra referência. O objetivo dessa espacialização imprecisa é fazer do convite ao seguimento que aparece no final da narrativa um convite ao abandono de todas as referências sociais e econômicas da vida do jovem. A vida itinerante é um ideal que está em oposição à vida sedentária, o seguimento do Jesus andarilho em oposição à posse de propriedades. Essa oposição, todavia, não é tão enfatizada quanto aquela de caráter econômico já mencionada. O uso que se fez de **categorias temporais** é também significativo. Podemos outra vez falar do objeto-valor chamado “vida eterna”. Dissemos que o seu oposto, o valor indesejável, não é a vida transitória, mas a morte eterna. É importante notar que o próprio conceito de eternidade é uma maneira de se referir à vida futura e sem fim. No geral, qualquer tempo presente pode ser compreendido em comparação a um antes e um depois, um passado e um futuro, porém, neste caso a esperança que se quer transmitir é por um futuro perfeito e sem fim, o que nos permite definir a eternidade do discurso como um presente sem depois.

E é bom que se diga antes de encerrarmos que este texto, assim como todas as demais passagens do Evangelho de Mateus, é uma narrativa localizada no passado em relação ao presente do enunciado. A história de Jesus é contada como evento passado, cujos efeitos são

experimentados nesse presente do enunciador, como inspiração ou fonte de instrução. Para que esse passado tenha efeito, o enunciador emprega um recurso bastante comum, que é o de construir sua narrativa sobre o passado a partir de questões relativas ao seu próprio presente. Apenas a “vida eterna” que o texto elege como o valor descritivo final a ser buscado não é um elemento do passado, mas um valor ainda crível e desejável; o futuro do “mundo do texto” é ainda futuro para o enunciador, e conseqüentemente, espera-se que os contratos propostos ao jovem (guardar os mandamentos, abdicar das riquezas e seguir Jesus) sejam também aceitos pelo enunciatário. Do mesmo modo, a incompletude ou imaturidade do jovem reflete o modo como o enunciador via os “judaísmos” de seu tempo, pelo que no texto procura deslegitimá-los e afastar deles seu enunciatário. Em suma, ao ler o evangelho o enunciatário é colocado diante de um enunciador-destinador que o quer manipular, e levá-lo a fazer da própria vida um “percurso do sujeito” que deve conduzi-lo à sanção positiva final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do Discurso. In. FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística (Vol. 2): Princípios de Análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 187-219.

_____. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 2011.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e Construção do Sentido. In. FIGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-43.

FIGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística (Vol.2): Princípios de Análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 187-219.

_____. O Sujeito na Semiótica Narrativa e Discursiva. In. *Todas as Letras*, v. 9, n. 1, 2007, p. 24-31.

_____. Pragmática. In. FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística (Vol. 2): Princípios de Análise*. São Paulo: Contexto, 2003a, p. 161-185.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA, Anderson de Oliveira. *Introdução à Exegese: Um Guia Contemporâneo para a Interpretação de Textos Bíblicos*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NESTLE, Eberhard; ALAND, Kurt. *Novum Testamentum Graece*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft (27^a ed.), 1993.

ZABATIERO, Júlio. *Manual de Exegese*. São Paulo: Hagnos, 2007.